

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 30 de junho de 2015 e de 2014 e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos nessas datas.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014					
<i>(em milhares de Reais)</i>					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	10.540.837	6.611.506	Circulante	8.574.049	4.964.572
Disponibilidades	225.892	4.190	Depósitos	1.143.195	1.059.780
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	2.465.403	1.287.042	Depósitos à vista	358.527	209.123
Aplicações no mercado aberto	2.099.364	1.049.996	Depósitos interfinanceiros	297.066	231.385
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.326	126.929	Depósitos a prazo	487.602	619.272
Aplicações em moeda estrangeira	340.713	110.117	Captações no mercado aberto (Nota 26)	495.173	203.084
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.989.964	3.478.458	Carteira própria	7.783	103.086
Carteira própria (Nota 5)	352.283	782.032	Carteira de terceiros	487.390	99.998
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5)	7.799	104.440	Relações interfinanceiras	6.410	8.670
Vinculados à prestação de garantia (Nota 5)	2.115.629	1.058.313	Sistemas de liquidação	6.410	8.670
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.514.253	1.533.673	Relações interdependências	13.251	2.238
Relações interfinanceiras	179.255	187.997	Recursos em trânsito de terceiros	13.251	2.238
Correspondentes	200	3	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	4.141.021	2.255.501
Depósitos no Banco Central	175.263	184.915	Outras obrigações	2.774.999	1.435.299
Sistemas de liquidação	3.792	3.079	Carteira de câmbio (Nota 7)	2.493.942	1.291.794
Operações de crédito (Nota 6)	48.989	114.850	Sociais e estatutárias (Nota 27)	119.017	83.737
Setor Privado	50.364	114.947	Fiscais e previdenciárias (Nota 16)	91.198	31.829
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.375)	(97)	Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	40.885	5.028
Outros créditos	2.630.744	1.538.504	Dívidas subordinadas (Nota 17)	707	531
Carteira de câmbio	2.494.374	1.413.521	Diversas	29.250	22.380
Rendas a receber (Nota 25)	29.659	34.632	Exigível a longo prazo	4.524.221	1.076.519
Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	-	20.894	Depósitos	730.198	770.975
Diversos (Nota 8)	106.711	69.457	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	3.544.034	139.222
Outros valores e bens	590	465	Outras obrigações	249.989	166.322
Despesas antecipadas	590	465	Fiscais e previdenciárias (Nota 16)	163.289	79.622
Realizável a longo prazo	3.800.730	577.034	Dívidas subordinadas (Nota 17)	86.700	86.700
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	364.261	51.563	Resultado de exercícios futuros	5.138	2.266
Aplicações em depósitos interfinanceiros	364.261	51.563	Resultado de exercícios futuros	5.138	2.266
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.822.199	102.612	Patrimônio líquido	1.456.150	1.329.995
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.822.199	102.612	Capital:	1.198.113	1.198.113
Operações de crédito (Nota 6)	368.538	213.616	De domiciliados no exterior	1.198.113	1.198.113
Setor privado	368.538	213.720	Reservas de capital	623	3.540
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(104)	Reservas de lucros	150.819	76.675
Outros créditos	245.732	209.243	Lucros acumulados	106.595	51.667
Diversos (Nota 8)	245.732	209.243			
Permanente	217.991	184.812	TOTAL	14.559.558	7.373.352
Investimentos (Nota 10)	169.268	150.527			
Participações em coligadas e controladas no país	169.257	150.516			
Outros investimentos	11	11			
Imobilizado de uso (Nota 11)	47.246	32.356			
Imobilizações de uso	89.461	67.678			
(-) Depreciação acumulada	(42.215)	(35.322)			
Intangível (Nota 12)	1.477	1.929			
Gastos de organização e expansão	10.617	10.453			
(-) Amortização acumulada	(9.140)	(8.524)			
TOTAL	14.559.558	7.373.352	TOTAL	14.559.558	7.373.352

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014						
<i>(em milhares de Reais)</i>						
	Capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Especiais	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.198.113	3.540	76.675	-	50.656	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	51.667
Destinação:						
Distribuição de dividendos adicionais - R\$ 0,085 por ação (Nota 13)	-	-	-	-	(50.656)	-
Saldos em 30 de junho de 2014	1.198.113	3.540	76.675	-	-	51.667
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.198.113	3.540	83.431	-	64.471	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	106.595
Destinações:						
Reservas estatutárias (Nota 13)	-	-	-	64.471	(64.471)	-
Reservas de capital (Nota 13)	-	(2.917)	-	-	2.917	-
Saldos em 30 de junho de 2015	1.198.113	623	83.431	64.471	2.917	106.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), está constituído, sob a forma de banco múltiplo e de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio e crédito.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos e no prazo de realização do crédito tributário. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (c) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (d) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (f) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (g) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (h) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15 - Esse pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. O Banco está avaliando o impacto da aplicação do CPC 33.

Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas as seguintes reclassificações: (i) nos saldos de 30 de junho de 2014 de obrigações sociais estatutárias no montante de R\$ 15.958 de passivo exigível a longo prazo para circulante; (ii) na demonstração do resultado de 30 de junho de 2014, foram substancialmente reclassificados: (a) R\$ 3.164 referente a despesas de juros com empréstimos de operações de captações no mercado aberto para operações de empréstimos e repasses e (b) R\$ 2.372 referente a resultado de tarifas bancárias de operações de crédito para receita de prestação de serviços e resultado de operações de crédito.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 26 de agosto de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

3.2. O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras com correspondentes, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 28.1).

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pro rata" dia (Nota 7).

3.6. As operações de intermediação de negociação de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.7. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos, calculados "pro rata" dia até 60 dias de atraso, após este período são reconhecidos quando do recebimento de caixa.

3.8. A participação em controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos em ações são avaliados pelo custo.

3.9. Os bens do imobilizado de uso estão contabilizados ao custo de aquisição. A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e em 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. Anualmente, com base em 31 de dezembro, o Banco efetua teste de recuperabilidade do ativo imobilizado.

3.10. Os gastos diferidos de organização e expansão são compostos substancialmente por despesas de reorganização da nova sede e implantação de sistemas. Esses gastos são amortizados linearmente com base no prazo de até 10 anos. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08 e, em consonância com a nova Lei das S.A. nº 11.638/07, o subgrupo do "Ativo Intangível" passa a ter sua utilização restrita às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação que contribuam, efetivamente, para o aumento do resultado em mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

3.11. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 15%.

3.12. O Banco adotou o procedimento de reconhecer o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações, foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social demonstrado na linha de ativo fiscal diferido na demonstração de resultado. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela Administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.13. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração. Todos os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Títulos para Negociação" no ativo circulante, considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.14. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge). As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As posições destes instrumentos têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

3.15. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
		2015	2014
Receitas da intermediação financeira	(Nota 19)	402.422	419.382
Operações de crédito		34.423	15.806
Resultado com títulos e valores mobiliários		308.793	205.346
Resultado de operações de câmbio		-	198.203
Operações com instrumentos financeiros derivativos		59.206	-
Despesas da intermediação financeira	(Nota 20)	(164.102)	(320.212)
Operações de captação no mercado		(92.370)	(82.823)
Operações com instrumentos financeiros derivativos		-	(246.580)
Resultado de operações de câmbio		(40.459)	-
Operações de empréstimos e repasses		(51.834)	(12.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)		20.561	21.929
Resultado bruto da intermediação financeira		238.320	99.170
Outras receitas/(despesas) operacionais		(69.917)	(21.045)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21)		185.959	196.544
Despesas de pessoal (Nota 22)		(175.518)	(160.487)
Outras despesas administrativas (Nota 23)		(73.616)	(53.968)
Despesas tributárias (Nota 24)		(20.938)	(15.157)
Resultado de participação em controlada (Nota 10)		14.135	12.004
Outras receitas operacionais		206	57
Outras despesas operacionais		(145)	(38)
Resultado operacional		168.403	78.125
Resultado não operacional		(163)	(12)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		168.240	78.113
Imposto de renda e contribuição social	(Nota 8)	(61.645)	(26.446)
Provisão para imposto de renda		(50.135)	8.051
Provisão para contribuição social		(30.081)	4.815
Ativo fiscal diferido (Nota 8a)		18.571	(39.312)
Lucro líquido do semestre		106.595	51.667
Quantidade de ações - 598.330.140			
Lucro líquido por ação - R\$		0,18	0,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
		2015	2014
Fluxos de caixa provenientes/(utilizados) nas atividades operacionais		(201.452)	113.574
Lucro líquido ajustado		160.458	48.183
Lucro líquido do semestre		106.595	51.667
Ajustes ao lucro líquido:			
Despesa de depreciação e amortização		4.902	3.881
Prejuízo na baixa do imobilizado de uso/intangível		77	15
Resultado de equivalência patrimonial (Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.135)	(12.004)
Provisão de contingências e obrigações legais		1.374	(22.902)
Créditos fiscais diferidos (Nota 8b)		-	6.084
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8d)		80.216	(17.870)
Variação de ativos e passivos		(361.910)	65.391
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(57.227)	(192.129)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(3.867.407)	966.130
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras (Aumento)/Redução em operações de empréstimos		(64.520)	(132.711)
(Aumento)/Redução em outros créditos		113.724	(80.938)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(358.924)	4.419.551
Aumento/(Redução) em relações interdependências		(454)	52
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos passivos		8.651	(22.786)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (em milhares de Reais)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos para negociação" são os seguintes:

(a) Total da carteira

(a.1) Carteira própria

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	259.141	258.734	350.229	350.391
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	94.132	93.549	433.584	431.641
Total	353.273	352.283	783.883	782.032

(a.2) Vinculados a compromissos de recompra

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.805	7.799	56.418	56.419
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	48.550	48.021
Total	7.805	7.799	104.968	104.440

(a.3) Vinculados à prestação de garantias

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.386.431	1.382.674	421.389	422.088
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F	734.613	732.955	635.825	626.225
Total (Nota 14)	2.121.044	2.115.629	1.057.214	1.058.313

(b) Total da carteira por vencimento

	2015			
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	1.009.735	1.465.976	2.475.711
Total	-	1.009.735	1.465.976	2.475.711

	2014			
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	909.263	1.035.522	1.944.785
Total	-	909.263	1.035.522	1.944.785

As Letras Financeiras do Tesouro, as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e foram marcadas a mercado utilizando metodologia interna de precificação, que obedece os intervalos mínimos e máximos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Os títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias referem-se à garantia de operações com derivativos, realizadas junto às *clearings* de derivativos e câmbio na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&FBovespa (Nota 14).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito são demonstradas como segue para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014:

(a) Por tipo de operação

	2015		2014	
	Operações de crédito		Operações de crédito	
Empréstimos	418.902	328.667	418.902	328.667
Total	418.902	328.667	418.902	328.667

(b) Diversificação por atividade

	2015		2014	
	Setor privado		Setor privado	
Outros serviços	376.405	238.024	376.405	238.024
Intermediários financeiros	17.060	21.116	17.060	21.116
Indústria	24.178	16.070	24.178	16.070
Comércio	1.259	53.457	1.259	53.457
Total	418.902	328.667	418.902	328.667

(c) Por vencimento

	2015		2014	
	A vencer		A vencer	
Até 90 dias	30.160	72.336	30.160	72.336
De 91 a 360 dias	20.204	42.611	20.204	42.611
Mais de 360 dias	368.538	213.720	368.538	213.720
Total	418.902	328.667	418.902	328.667

(d) Por nível de risco

	2015		2014	
	Curso normal	Total	Curso normal	Total
Nível de risco				
AA	150.217	150.217	-	-
A	267.438	267.438	1.337	1.337
B	1	1	-	-
C	1.244	1.244	37	37
E	2	2	1	1
Total	418.902	418.902	1.375	1.375

	2015		2014	
	Curso normal	Total	Curso normal	Total
Nível de risco				
AA	308.571	308.571	-	-
B	20.096	20.096	201	201
Total	328.667	328.667	201	201

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015		2014	
	Saldo inicial		Saldo inicial	
Constituição	1	23.103	1	23.103
Reversão	(44)	(22.959)	(44)	(22.959)
Saldo final	1.375	201	1.375	201

No decorrer do primeiro semestre de 2015 o Banco efetuou a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 21.919, sendo este montante reconhecido diretamente em contrapartida no resultado, na rubrica "Provisão para créditos e liquidação duvidosa" (PCLD) que é composta conforme abaixo:

	2015		2014	
	Constituição PCLD no semestre		Constituição PCLD no semestre	
Constituição PCLD no semestre	1.418	57	1.418	57
Reversão PCLD no semestre	(44)	(22.959)	(44)	(22.959)
Constituição PCLD sobre fianças no semestre	1	-	1	-
Reversão PCLD sobre fianças no semestre	(18)	-	(18)	-
Constituição PCLD sobre outros créditos no semestre	-	973	-	973
Recuperação de créditos baixados para prejuízo no semestre	(21.919)	-	(21.919)	-

(Receita) com Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 20)

		2015	2014
		(20.561)	(21.929)

No decorrer do primeiro semestre de 2015 e 2014 não houve créditos baixados para prejuízo.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2015		2014	
	Outros créditos		Outros créditos	
Câmbio comprado a liquidar - Pronto	644.178	129.467	644.178	129.467
Direitos sobre vendas de câmbio - Pronto	609.856	6.365	609.856	6.365
Direitos sobre vendas de câmbio - Termo (1)	1.244.416	1.279.210	1.244.416	1.279.210
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(4.076)	(1.521)	(4.076)	(1.521)
Total	2.494.374	1.413.521	2.494.374	1.413.521

	2015		2014	
	Outras obrigações		Outras obrigações	
Câmbio vendido a liquidar - Pronto	604.982	6.355	604.982	6.355
Câmbio vendido a liquidar - Termo (1)	1.240.760	1.155.998	1.240.760	1.155.998
Obrigações por compras de câmbio - Pronto	648.200	129.441	648.200	129.441
Total	2.493.942	1.291.794	2.493.942	1.291.794

(1) No decorrer de 2015 e 2014 o Banco participou de compras à vista e vendas a termo de dólar junto ao Bacen. Estas operações foram tratadas como derivativos (vendas a termo) e foram mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida no resultado no grupo de operações com "instrumentos financeiros derivativos" na demonstração do resultado.

As operações de vendas a termo, acima descritas, estão assim registradas em nossos livros:

	2015		2014	
	Vendas a termo	Ponta ativa	Vendas a termo	Ponta ativa
Contratos de câmbio a termo (ponta pré fixada)	1.256.958	1.285.963	1.256.958	1.285.963
Rendas/Despesas a apropriar (1)	(12.542)	(5.753)	(12.542)	(5.753)
Direitos sobre vendas - termo	1.244.416	1.279.210	1.244.416	1.279.210
Ajuste positivo de marcação a mercado (Nota 14)	503	-	503	-
Ajuste negativo de marcação a mercado	(1.952)	(6.079)	(1.952)	(6.079)
Total	1.242.967	1.273.131	1.242.967	1.273.131

	2015		2014	
	Vendas a termo	Ponta passiva	Vendas a termo	Ponta passiva
Câmbio a liquidar (taxa histórica)	1.201.885	-	1.218.293	-
Varição cambial reconhecida no período	38.875	(62.295)	38.875	(62.295)
Total	1.240.760	1.155.998	1.240.760	1.155.998

(1) Refere-se ao *accrual* a apropriar da ponta pré fixada das operações. As receitas e despesas apropriadas no semestre findo em 30 de junho de 2015 foram R\$ 67.220 (R\$ 93.439 e R\$ (106) em 2014), respectivamente, sendo reconhecidas no grupo de resultado de "operações de câmbio" na demonstração de resultado.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015		2014	
	Créditos tributários (1)		Créditos tributários (1)	
Imposto de renda e contribuições a compensar	124.144	67.548	124.144	67.548
Devedores diversos - depósitos judiciais (2) (Nota 18)	203.906	183.767	203.906	183.767
Adiantamentos por conta de imobilização	186	1.169	186	1.169
Adiantamentos e antecipações salariais	4.991	4.428	4.991	4.428
Adiantamentos para pagamentos	-	1.580	-	1.580
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 25)	12.060	16.274	12.060	16.274
Outros	3.806	185	3.806	185
Total	352.443	278.700	352.443	278.700

(1) Créditos tributários de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), constituídos com base nas alíquotas vigentes para estes tributos em 30 de junho de 2015 e 2014, calculados sobre os ajustes temporários. (2) Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os depósitos efetuados, destacamos os que garantem as teses de: (i) PIS e Cofins Lei nº 9.718/98 - R\$ 85.309 (R\$ 80.517 em 2014); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados - R\$ 118.204 (R\$ 102.885 em 2014); e, (iii) outros - R\$ 333 (R\$ 333 em 2014).

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	168.240	168.240	78.113	78.113
Resultado participação em controlada	(14.135)	(14.135)	(12.004)	(12.004)
Ajustes temporários (1)	(181.355)	(181.355)	(53.605)	(53.605)
Ajustes permanentes	9	9	16	16
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	(27.242)	(27.242)	12.520	12.520
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL	-	-	(3.118)	(1.878)
Passivo fiscal diferido (2)	(50.135)	(30.081)	11.169	6.693
Ativo fiscal diferido	11.607	6.964	(24.570)	(14.742)
Total do imposto de renda e contribuição social	(38.528)	(23.117)	(16.519)	(9.927)

(1) Referem-se aos ajustes temporários indedutíveis ao lucro líquido, tais como, ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões de passivos contingentes. (2) Refere-se, basicamente, ao passivo diferido sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado.

(b) Movimentação dos créditos tributários no semestre

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/14	Realização	Constituição	Junho/15
Contingências fiscais	18.098	(4)	-	18.094
Marcação a mercado (MTM)	4.288	(31.548)	59.300	32.040
Outras provisões (1)	44.868	(70.105)	53.964	28.727
Total	67.254	(101.657)	113.264	78.861

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/14	Realização	Constituição	Junho/14
Contingências fiscais	15.626	-	1.531	17.157
Marcação a mercado (MTM)	3.966	(6.779)	5.366	2.553
Outras provisões (1)	48.466	(45.646)	20.958	23.778
Total	68.058	(52.425)	27.855	43.488

	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/14	Realização	Constituição	Junho/15
Contingências fiscais	8.826	(3)	-	8.823
Marcação a mercado (MTM)	2.572	(18.929)	35.580	19.223
Outras provisões (1)	26.921	(42.062)	32.378	17.237
Total	38.319	(60.994)	67.958	45.283

	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/13	Realização	Constituição	Junho/14
Contingências fiscais	7.343	-	919	8.262
Marcação a mercado (MTM)	2.379	(4.068)	3.220	1.531
Outras provisões (1)	29.080	(27.388)	12.575	14.267
Total	38.802	(31.456)	16.714	24.060

(1) Compostas, substancialmente, por outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 27).

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 30 de junho de 2015, são os seguintes:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício		Valor presente dos créditos tributários	
	2015	2016		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

	2015			2014		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Euro x Dólar	-	(346.856)	1.306.161	26.882	(51)	1.307.004
Dólar x Libor	102.269	(932)	2.052.433	92.744	(1.664)	2.011.050
Libor x Dólar	3.278	(47.665)	3.186.169	5.133	(40.499)	3.745.468
Dólar x Pré	135.879	-	600.498	22.509	(16.383)	552.372
Pré x Dólar	-	(124.376)	577.440	-	(71.175)	518.172
Libor x Pré	40.038	-	175.347	4.833	-	121.083
Pré x Libor	-	(57.676)	140.096	7.843	(12.718)	232.913
CUF x CDI	16.898	-	66.485	-	-	-
Pré x CUF	-	(14.753)	68.879	-	-	-
CDI x CDI	3.459	-	660.000	3.059	-	806.121

Operações com opções

Posição comprada

	2015	2014
Dólar	21.986	5.168.617
Yên	42.022	1.078.256

Posição vendida

	2015	2014
Dólar	(1.796.656)	5.168.617
Yên	(42.022)	1.078.256

Operações a termo

	2015	2014
Títulos públicos	1.152.706	1.152.668
Moeda - NDF	847.085	34.254.566
Cambial (Nota 7)	503	-
CVA/LVA (1)	(37.165)	-
Total	5.336.452	94.812.152

(1) Em 30 de junho de 2015 o Banco passou a reconhecer os impactos do custo de liquidação das posições e o spread de risco de crédito junto da carteira de derivativos.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Ativo	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Operações de "swap"	3.212.405	3.309.315	389.794	617.484
Prêmio de opções	71.655	64.008	26.055	22.859
Operações a termo	1.179.405	2.000.294	1.019.842	995.942
CVA/LVA	-	(37.165)	-	-
Total	4.463.465	5.336.452	1.435.691	1.636.285

(c) Composição do valor de mercado por vencimentos

Posição ativa	2015					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	154.018	6.324	134.882	280.200	2.733.891	3.309.315
Prêmio de opções	23.174	471	24.899	2.122	13.342	64.008
Operações a termo	1.469.479	17.649	6.890	402.064	104.212	2.000.294
CVA/LVA	(1.950)	(80)	(630)	(5.259)	(29.246)	(37.165)
Total	1.644.721	24.364	166.041	679.127	2.822.199	5.336.452

Posição passiva

Operações de "swap"	2015					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	(268.198)	(98.357)	(157.585)	(394.248)	(3.490.237)	(4.408.625)
Prêmio de opções	(1.797.844)	(471)	(24.899)	(2.122)	(13.342)	(1.838.678)
Operações a termo	(1.341.097)	(19.686)	(6.540)	(29.974)	(40.455)	(1.437.752)
Total	(3.407.139)	(118.514)	(189.024)	(426.344)	(3.544.034)	(7.685.055)

Valor referencial

Operações de "swap"	2015					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	1.608.093	218.777	1.556.911	4.096.964	39.430.427	46.911.172
Prêmio de opções	9.366.683	21.969	1.047.505	62.089	1.995.500	12.493.746
Operações a termo	28.275.176	2.062.473	375.956	3.436.569	1.257.060	35.407.234
Total	39.249.952	2.303.219	2.980.372	7.595.622	42.682.987	94.812.152

Posição passiva

Operações de "swap"	2014					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	367.478	103.226	54.716	25.366	66.698	617.484
Operações com opções	42	184	390	-	22.243	22.859
Operações a termo	913.182	12.519	11.786	44.784	13.671	995.942
Total	1.280.702	115.929	66.892	70.150	102.612	1.636.285

Valor referencial

Operações de "swap"	2014					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	15.428.231	4.015.056	2.772.592	2.272.182	4.055.110	28.543.171
Prêmio de opções	991.577	10.281	452.800	-	1.177.104	2.631.762
Operações a termo	4.150.810	680.511	314.993	2.904.784	705.168	8.756.266
Total	20.570.618	4.705.848	3.540.385	5.176.966	5.937.382	39.931.199

(d) Valor de mercado por local de negociação

As operações de instrumentos financeiros derivativos relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 estavam registradas na CETIP S.A. - Balcão organizado de ativos e derivativos e na BM&FBovespa.

Para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos são utilizados os seguintes critérios: "swap", termos e futuros com base nas cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa e informações disponibilizadas pela Bloomberg; e para as opções se adota modelos de precificação "Black & Scholes".

(e) Composição dos contratos de futuros a liquidar

Índice	2015			2014		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Swap cambial	-	-	-	100	-	100.000
Moeda estrangeira	-	(7.869)	1.654.189	4.387	(97)	1.011.824
Depósito interfinanceiro	511	(1.957)	8.057.108	840	(133)	3.863.787
DDI	9.661	(41.231)	10.074.652	21.376	(5.551)	5.420.298
Total	10.172	(51.057)	19.785.949	26.703	(5.781)	10.395.909

15. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos à vista	2015				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Depósitos a prazo	-	-	-	-	358.527
CDB Pós-fixado	-	403.526	84.076	730.198	1.217.800
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	155.066
CDI Pré-fixado	-	141.978	13.088	-	142.000
CDI Pós-fixado	-	142.000	-	-	142.000
Total	358.527	687.504	97.164	730.198	1.873.393

Depósitos à vista	2014				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Depósitos a prazo	-	-	-	-	209.123
CDB Pós-fixado	-	123.901	495.371	770.975	1.390.247
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	102.185
CDI Pré-fixado	-	102.185	-	-	129.200
CDI Pós-fixado	-	129.200	-	-	129.200
Total	209.123	355.286	495.371	770.975	1.830.755

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo da rubrica "Obrigações fiscais e previdenciárias" são os seguintes:

	2015	2014
Provisão para riscos fiscais (Nota 18)	72.444	69.038
Impostos e contribuições sobre salários	33.765	19.939
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8d)	126.270	12.301
Outros impostos a pagar (1)	21.719	4.999
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	4.996
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	289	178
Total	254.487	111.451

(1) O saldo corresponde, principalmente, a imposto sobre serviços próprios no valor de R\$ 1.292 (R\$ 1.693 em 2014), imposto sobre operações financeiras a recolher de terceiros no valor de R\$ 3.993 (R\$ 1.203 em 2014), imposto de renda retido na fonte incidentes sobre operações de derivativos no valor de R\$ 5.977 (R\$ 793 em 2014) e provisão para ajuste a valor de mercado de PIS e COFINS no valor de R\$ 1.278 e R\$ 7.867, respectivamente (R\$ 140 e R\$ 862 em 2014).

17. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Valor principal	Taxa de juros	2015	2014
Dívida subordinada (1)	86.700	100% CDI	87.407	87.231
			87.407	87.231

(1) Dívida subordinada emitida em 6 de dezembro de 2006, com vencimento em 6 de dezembro de 2016, com pagamentos de juros trimestrais e o principal no vencimento.

18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

(a) Ativos contingentes: não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	2015	2014
Depósitos judiciais	-	-
Obrigações legais e outros passivos contingentes	203.846	183.735
Trabalhistas	60	32
Total (Nota 8)	203.906	183.767

(c) Movimentação dos saldos patrimoniais

	2015	2014
Saldo inicial	72.754	63.264
Constituição/(Reversão) no semestre	-	6.084
Saldo final	72.754	69.348

(c.1) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O Banco é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25 (aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09), são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificados como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(c.1.1) Obrigações legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela seguinte discussão: (i) alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representar obrigação legal, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(c.1.2) Passivos contingentes

(c.1.2.1) Tributários

O Banco também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 364.440 (R\$ 219.783 em 2014) que envolve as seguintes discussões: (i) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 283.262 (R\$ 213.825 em 2014); (ii) dedutibilidade das perdas oriundas de renegociação de crédito no valor de R\$ 60.253 (R\$ 0 em 2014); (iii) dedutibilidade na base do IRPJ das despesas relativas a gratificações no valor de R\$ 15.024 (R\$ 0 em 2014); (iv) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 5.562 (R\$ 5.635 em 2014); e, (v) outras - R\$ 339 (R\$ 323 em 2014). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(c.1.2.2) Trabalhistas

Potenciais passivos contingentes associados a litígios trabalhistas estão estimados em R\$ 48.690 (R\$ 68.910 em 2013), dos quais R\$ 310 são classificados como prováveis com base no prognóstico de consultores jurídicos e portanto foram provisionados em 30 de junho de 2015.

Os demais litígios trabalhistas não estão provisionados dado o prognóstico de perda possível para estes litígios.

19. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Operações de crédito	-	-
Rendas de empréstimos	34.225	15.793
Rendas de adiantamentos a depositantes	198	13
Resultado com títulos e valores mobiliários	320.630	201.336
Rendas líquidas com títulos e valores mobiliários	(9.406)	(4.871)
Ajuste a valor de mercado	(2.431)	8.881
Resultado de operações de câmbio	-	189.230
Resultado líquido com operações de câmbio	-	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	59.206	-
Ganhos/(Perdas) em operações com ativos financeiros e mercadorias	-	-
Total das receitas da intermediação financeira	402.422	419.382

20. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Operações de captação no mercado	-	-
Despesas de depósitos a prazo	(55.239)	(54.952)
Despesas de operações compromissadas	(22.658)	(17.446)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(13.459)	(9.379)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(1.014)	(1.046)
Resultado de operações de câmbio	(40.459)	-
Resultado líquido com operações de câmbio	-	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(246.580)
Ganhos/(Perdas) em operações com ativos financeiros e mercadorias	-	-
Operações de empréstimos e repasses	(51.892)	(13.510)
Despesas de empréstimos no exterior	-	-
Rendas de empréstimos no país - outras instituições	86	791
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	(28)	(19)
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	20.561	21.929
Total das despesas da intermediação financeira	(164.102)	(320.212)

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Referem-se a receita de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros e de operações de intermediação de negócios, e com empresas relacionadas, referem-se a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários efetuadas.

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Prestação de outros serviços (1)	157.622	173.421
Negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários	13.572	8.681
Gestão de fundos	9.196	7.279
Assessoria em negociações	5.242	6.967
Outras receitas	327	196
Total	185.959	196.544

(1) Essas receitas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

27. OUTRAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

A composição das outras obrigações sociais e estatutárias é a seguinte:

	2015	2014
Programa de participação nos resultados - curto prazo (1)	56.753	59.800
Programa de participação nos resultados - longo prazo (2)	7.949	23.937
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	54.315	-
Total	119.017	83.737
Circulante	119.017	83.737

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Direito de valorização de ações

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

O valor contábil do passivo referente às ações em 30 de junho de 2015 corresponde a R\$ 7.949 (R\$ 23.937 em 2014). Em 30 de junho de 2015 e de 2014, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2015 ou 2014.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

28.1. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes é composto pelo seguinte:

	2015	2014
Caixa	-	24
Disponibilidades em moeda estrangeira	225.892	4.166
Aplicações em operações compromissadas	2.099.364	949.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.326	44.243
Relações interfinanceiras - correspondentes	200	3
Aplicações em moeda estrangeira	340.713	110.117
Total	2.691.495	1.108.552

28.2. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Banco aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

28.3. Basileia - o Banco está enquadrado no limite mínimo de 11% estabelecido pelo Bacen, e a situação do consolidado em 30 de junho de 2015 é de 15,02% (34,70% em 2014), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07 e legislação complementar, a qual determina que as instituições financeiras mantenham o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0 a 1.250%. A partir de janeiro de 2015, todos os cálculos de Basileia passaram a ser baseados no Conglomerado Prudencial, que possui a mesma composição do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch.

28.4. Gestão de Risco - É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a serem utilizados, visando limitar e monitorar exposição às contrapartes e aos grupos econômicos, atendendo dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.721/09 do Bacen. O departamento de crédito do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avalia a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emittentes, e determina níveis de risco de crédito. Este departamento revisa e monitora operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco. Também é responsável pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalha ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. O departamento de crédito utiliza uma variedade de metodologias para estipular limites de exposição e perda potencial resultante de um indivíduo, contraparte ou emittente não cumprir suas obrigações contratuais. O departamento de crédito realiza revisões periódicas da carteira, monitora a capacidade financeira da contraparte e avalia os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de problemas e a necessidade de mitigação de risco em exposições que se tornaram inaceitáveis. O departamento de crédito revisa tendências industriais, regionais e econômicas globais e incorpora os efeitos de concentração da carteira ao determinar níveis de tolerância. O departamento também reporta regularmente sobre esta atividade e fornece as revisões detalhadas da carteira de crédito para o Comitê de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito local atribui ao Comitê de Risco de Crédito a função de aprovar e fiscalizar as políticas, os processos, os sistemas, os controles e os limites locais de modo a propiciar adequada estrutura para uma gestão satisfatória do risco de crédito. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do risco de crédito devem ser discutidas pelo Comitê de Risco de Crédito. O Comitê de Risco de Crédito é presidido pelo Diretor de Risco Crédito com membros oriundos da alta administração do Grupo, negócios, controle e unidades de suporte.

Risco Operacional: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui uma estrutura local consolidada, para o gerenciamento do risco operacional de suas atividades de negócio no país, visando aumentar sua eficiência

operacional e atender dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.380/06 do Bacen. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch encontra-se disponível ao público.

Risco de Mercado: A estrutura local do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.365/07, do Bacen. O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch dispõe de relatórios e políticas locais que atendem aos aspectos requeridos pelo Bacen e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios.

Risco de Liquidez: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros.

28.5. A partir de 31 de dezembro de 2012, foi implementada a estrutura de Gestão de Capital do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, que consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do CMN, Resolução nº 3.988/11. A estrutura de gestão de capital fornece uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

executiva. Essas informações encontram-se disponível no endereço eletrônico do Banco (Nota 28.6).

28.6. As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

28.7. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos à compensação são resumidos a seguir:

(i) Composição do valor a receber/pagar por indexador

	Junho 2015		Junho 2014	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Operações de "swap"				
CDI x CDI	3.459	-	3.059	-
CDI x Dólar	36.485	(2.144.631)	47.493	(292.792)
CDI x Euro	-	(6.237)	-	-
CDI x IGPM	372	(81)	-	-
CDI x IPCA	16.682	(15.085)	14.345	(1.918)
CDI x Libor	10.838	(1.451.878)	58.131	(322.739)
CDI x Pré	5.125	-	317	(5.018)
CUF x CDI	16.898	-	-	-
Dólar x CDI	1.275.855	-	62.689	(103.236)
Dólar x Euro	348.573	-	15.406	(25.336)
Dólar x Libor	101.337	-	79.740	(1.599)
Dólar x Pré	135.879	-	22.509	(16.383)
Euro x CDI	-	(7.817)	-	-
Euro x Dólar	-	(346.856)	26.882	(51)
IGPM x CDI	14	(172)	-	-
IPCA x CDI	2.923	-	4.451	(8.050)
Libor x CDI	1.129.952	-	216.916	(29.162)
Libor x Dólar	-	(44.386)	5.133	(40.499)
Libor x Pré	40.038	-	4.833	-
Pré x CDI	95	(9.887)	8.300	(1.354)
Pré x CUF	-	(14.753)	-	-
Pré x Dólar	-	(124.376)	-	(71.175)
Pré x Libor	-	(57.676)	7.843	(12.718)
Operações com opções				
Dólar	21.986	(1.796.656)	1.950	(202.409)
Yên	42.022	(42.022)	20.909	(20.909)
Operações a termo				
Moeda - NDF	705.946	(141.905)	142.841	(140.815)
Títulos públicos	233	(283)	-	-
Total	3.894.711	(6.204.700)	743.747	(1.296.163)

DIRETORIA

RICARDO KENJI MUKAI
Contador – 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.

O Comitê de Auditoria

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4